

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.832 - RN (2019/0020561-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**
RECORRIDO : **BARBARA GRACE TINOCO**
ADVOGADO : **RAYAN OLIVEIRA FERNANDES E OUTRO(S) - RN0015143**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE em 1º/10/2018, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE). COLAÇÃO DE GRAU ANTECIPADA. APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. CUMPRIMENTO DE TODAS AS DISCIPLINAS DO ÚLTIMO SEMESTRE. POSSIBILIDADE. VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. OBSERVÂNCIA. IMPROVIMENTO.

1. Trata-se de apelação interposta contra o capítulo da sentença que, ratificando os termos da decisão concessiva da tutela de urgência, julgou procedente o pedido autoral, para determinar à UFRN que proceda à imediata expedição do diploma de conclusão de curso de nível superior de licenciatura em Música em nome da requerente.
2. O cerne da questão principal consiste em perquirir a possibilidade de entrega do diploma de curso superior de licenciatura em Música, independente de realização de prova ou avaliação do ENADE.
3. Essa matéria foi analisada no julgamento do Agravo de Instrumento nº 0809334-53.2017.4.05.0000, que foi improvido, por unanimidade, por esta Terceira Turma, mantendo-se a decisão que deferiu a tutela de urgência, determinando que a UFRN procedesse à imediata expedição do diploma de conclusão de curso de nível superior de licenciatura em Música em nome da autora.
4. No caso em epígrafe, verifica-se que: a) a autora prestou concurso para o cargo de Professor de Arte - Música, obtendo aprovação em 2º lugar para a lotação do 3º DIREC - Nova Cruz/RN; b) o prazo final para tomar posse no concurso público era o dia 13/09/2017; c) a recorrida cumpriu, com êxito, todas as cadeiras exigidas e toda a carga horária obrigatória; d) o pedido de colação de grau antecipado foi negado pela UFRN devido à pendência do componente curricular Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, tendo em vista que a demandante havia sido inscrita para realizar o ENADE no dia 26/11/2017.
5. A Lei nº 10.861/04 preceitua que o Exame Nacional de

Desempenho dos Estudantes - ENADE, que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação e se destina a avaliar a qualidade do ensino superior e não o desempenho individual dos alunos.

6. Ocorre que o ENADE é inscrito no histórico escolar do discente somente para demonstração da regularidade de sua situação no tocante a essa obrigação, aferida, por sua vez, a partir da constatação da participação ou dispensa do certame, pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861/04, não existindo na legislação qualquer vedação à colação de grau ou fornecimento do diploma aos alunos que porventura não se submeteram ao exame.

7. Nesse contexto, a negativa administrativa do pedido de antecipação da colação de grau apenas em razão da ausência de realização do referido exame é incompatível com os objetivos do ENADE, eis que se fundamenta em critérios meramente formais, e desconsidera princípios constitucionais, notadamente o da razoabilidade e da proporcionalidade.

8. A respeito do tema em comento, colacionam-se os seguintes julgados: PROCESSO: 08016496420164058201, APELREEX/PB, DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO, 1º Turma, JULGAMENTO: 29/06/2017; PROCESSO: 08001968720144058303, APELREEX/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO (CONVOCADO), Terceira Turma, JULGAMENTO: 09/04/2015; PROCESSO: 08040807020134058300, APELREEX/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO, Terceira Turma, JULGAMENTO: 30/10/2014.

9. No que tange à irresignação quanto ao valor atribuído à causa, observa-se que a UFRN suscitou tal questão em preliminar da contestação, o que não foi objeto de apreciação pelo juízo de origem. A esse respeito, constata-se que, em última análise, a intenção da apelante é reduzir o valor dos honorários de sucumbência. Ainda que seja acolhida a pretensão de corrigir o valor da causa para o equivalente a um salário mínimo mensal, ou mesmo que se entenda que se trata de causa com proveito econômico inestimável, seria o caso de fixar os honorários de sucumbência por apreciação equitativa, conforme previsão do art. 85, §8º, do CPC. E, sob esse enfoque, entendo que arbitramento feito pelo juízo de origem atende ao princípio da razoabilidade, na medida em que condenou a UFRN ao pagamento de honorários advocatícios correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (R\$ 24.160,68), o que representa o montante de R\$ 2.416,06.

10. Apelação improvida. Majoração dos honorários para R\$ 2.600,00

(dois mil e seiscentos reais), levando em conta o trabalho adicional em grau recursal, conforme previsão do art. 85, §11, do CPC" (fls. 360/361e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 372/377e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento à apelação, mantendo-se a sentença que, ratificando os termos da decisão concessiva da tutela de urgência, julgou procedente o pedido autoral, para determinar à UFRN que proceda à imediata expedição do diploma de conclusão de curso de nível superior de licenciatura em Música em nome da requerente.

2. No caso em análise, se discutia a possibilidade de entrega do diploma de curso superior de licenciatura em Música à parte autora, independente de realização de prova ou avaliação do ENADE.

No voto condutor do acórdão embargado foi pontuado que 'o ENADE é inscrito no histórico escolar do discente somente para demonstração da regularidade de sua situação no tocante a essa obrigação, aferida, por sua vez, a partir da constatação da participação ou dispensa do certame, pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861/04, não existindo na legislação qualquer vedação à colação de grau ou fornecimento do diploma aos alunos que porventura não se submeteram ao exame'. Diante disso, entendeu-se que 'a negativa administrativa do pedido de antecipação da colação de grau apenas em razão da ausência de realização do referido exame é incompatível com os objetivos do ENADE, eis que se fundamenta em critérios meramente formais, e desconsidera princípios constitucionais, notadamente o da razoabilidade e da proporcionalidade'.

3. Embora a embargante afirme que o acórdão foi omissivo em relação a questões cruciais à solução do litígio, não explicitou em que consistia o alegado vício, limitando-se a sustentar a violação a dispositivos legais e constitucionais, bem como a princípios regentes da matéria.

4. Nota-se, portanto, a decisão colegiada embargada analisou devidamente a questão devolvida à apreciação deste egrégio Tribunal, fundamentando o seu convencimento na legislação de regência e na jurisprudência acerca da matéria, manifestando-se expressamente quanto aos argumentos suscitados pelas partes, inexistindo o vício apontado pela Embargante.

5. Na verdade, a Embargante pretende apontar uma suposta injustiça

no julgamento, rediscutindo a matéria já apreciada, o que não é possível pela estreita via dos embargos de declaração.

6. A oposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento condiciona-se à existência de efetiva de um dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC, o que não se verifica no caso em apreço.

7. Improvimento" (fl. 390e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 292 do CPC/2015, 41 da Lei 8.666/93, 3º, I e 53 da Lei 9.394/96, sob os seguintes fundamentos: a) o valor dado à causa pela parte autora não corresponde ao proveito econômico que poderá resultar da presente demanda, levando-se a crer que foi estabelecido de forma aleatória; b) "não houve a prática de nenhum ato ilegal ou abusivo, mas sim estrita observância ao previsto na Lei" (fl. 407e); c) "se o ENADE é um componente curricular obrigatório, o aluno que não cumpriu este componente não concluiu o processo de integralização curricular. Portanto, não pode ser permitida a colação de grau e a posterior emissão de diploma" (fl. 408e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 419/428e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 430e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, "objetivando provimento jurisdicional que determine à parte ré proceder à efetiva colação de grau e à expedição do diploma da Autora, assim como seja determinado à demandada União a retirada do nome da demandante da lista de alunos que farão o ENADE no dia 26 de novembro de 2017" (fl. 303e).

Julgada procedente a demanda, recorreu o réu, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"A Lei nº 10.861/04 preceitua que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação e **se destina a avaliar a qualidade do ensino superior e não o desempenho individual dos alunos.**

Ocorre que o ENADE é **inscrito no histórico escolar do discente somente para demonstração da regularidade de sua situação no tocante a essa obrigação**, aferida, por sua vez, a partir da constatação da participação ou dispensa do certame, pelo Ministério

da Educação, nos termos do art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861/04, não existindo na legislação qualquer vedação à colação de grau ou fornecimento do diploma aos alunos que porventura não se submeteram ao exame.

Nesse contexto, a negativa administrativa do pedido de antecipação da colação de grau apenas em razão da ausência de realização do referido exame é incompatível com os objetivos do ENADE, eis que se fundamenta em critérios meramente formais, e **desconsidera princípios constitucionais, notadamente o da razoabilidade e da proporcionalidade**" (fl. 358e).

Do exposto, constata-se que a recorrente não infirmou, de forma específica, os fundamentos suficientes destacados, utilizados pelo Tribunal de origem. Destarte, incide, na espécie, a Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), por analogia.

No mais, manifestou-se o Tribunal de origem:

"No que tange à irresignação quanto ao valor atribuído à causa, observa-se que a UFRN suscitou tal questão em preliminar da contestação, o que não foi objeto de apreciação pelo juízo de origem. A esse respeito, constata-se que, em última análise, a intenção da apelante é reduzir o valor dos honorários de sucumbência. Ainda que seja acolhida a pretensão de corrigir o valor da causa para o equivalente a um salário mínimo mensal, ou mesmo que se entenda que se trata de causa com proveito econômico inestimável, seria o caso de fixar os honorários de sucumbência por apreciação equitativa, conforme previsão do art. 85, §8º, do CPC. E, sob esse enfoque, entendendo que arbitramento feito pelo juízo de origem atende ao princípio da razoabilidade, na medida em que condenou a UFRN ao pagamento de honorários advocatícios correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (R\$ 24.160,68), o que representa o montante de R\$ 2.416,06" (fls. 359/360e).

Desse modo, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal **a quo**, no sentido de que "o arbitramento feito pelo juízo de origem atende ao princípio da razoabilidade", demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em

10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

